

Desconstrução da cidade portuguesa num discurso a três: Luísa Trindade, Margarida Tavares da Conceição e João Horta

Vera Domingues¹

Resumo

A *cidade portuguesa*, tema de toda uma linha investigação cujo ponto de partida para o conhecimento da *cultura do território* e dos espaços urbanizados portugueses foi o estudo da sua expressão material – o urbanismo – constituiu, desde 1980, um conceito consagrado com a constatação de existir uma maneira portuguesa de “fazer cidade”. Contudo, a construção e evolução científica do conhecimento sobre o tema tem vindo a desmontar a validade do conceito, expondo-lhe a inconsistência cultural que encerra, ao mesmo tempo que amplia a fortuna crítica do universo urbanístico português, quando analisado à luz das várias e diferentes abordagens que (in)formam a área disciplinar do urbanismo. Afinal o que é a *cidade portuguesa*? É a interrogação por detrás deste ensaio. O qual não tem a ambição de contribuir com uma resposta para a sua definição. Antes, promover uma reflexão em torno do conhecimento já consolidado. Tal como o título esclarece, trata-se de compor um discurso mediante o cruzamento de assuntos produzidos por três autores, com diferentes métodos, objetos e cronologias de leitura aos espaços urbanizados, e cujas contribuições, sobretudo pela atualidade, pelas novidades sobre a urbanística e ferramentas de interpretação histórica, alargam substancialmente as hipóteses de investigação e compreensão do processo de construção do universo urbanístico português, auxiliando a convicção ou caducidade do conceito *cidade portuguesa*.

Palavras-chave: urbanismo português; urbanística portuguesa; cidade portuguesa.

Introdução

Este texto nasce do desafio lançado por Walter Rossa no seminário “Desconstrução da cidade portuguesa: urbanização e conceito” integrado no programa

¹ Doutoranda da 1ª edição do programa de doutoramento “Patrimónios de Influência Portuguesa”, do Centro de Estudos Sociais e do Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra: <http://www.patrimonios.pt/alunos-2/>; Bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

de doutoramento *Patrimónios de Influência Portuguesa*. O qual consistiu na elaboração de um ponto de situação ao tema da *cidade portuguesa*, que concorra com algumas estratégias para a sua construção ou desmistificação. Arquitecta que sou, a minha contribuição incorpora deliberadamente a linha de investigação que tenho vindo a trabalhar: o conhecimento da cultura urbanística e os fenómenos do urbanismo português nos núcleos urbanos no Oriente, e aos quais a historiografia nacional acoplou o tema em questão.

Assim se explica porque é que considero que a expressão *cidade portuguesa* não seria tão problemática para o conhecimento da *cultura do território* e do urbanismo dos espaços de matriz portuguesa se a sua forma não estivesse no singular. Ou seja, se o título que sintetiza as características da complexa realidade do universo urbanístico português não encerrasse, na sua raiz, um exclusivismo identitário e um modelo que facilmente se transformam em pré-conceitos.

Basta lembrar que o universo urbanístico português não se construiu (e quiçá constrói ainda?) apenas no território que é hoje Portugal, muito menos em lugares vazios de culturas próprias, somente pelo génio e mãos de portugueses puros de sangue, ou que a identidade portuguesa é de facto o resultado de todo um processo de mistura civilizacional e contaminação cultural desde a sua origem. Mas a discussão destas questões não cabe aqui, nem é este o propósito do ensaio. Importa sim relembrar, ainda que resumidamente, a origem da problemática, que foi aliás fundamental para a formulação dos assuntos que moveram os autores seleccionados para integrar a discussão.

O uso da expressão *cidade portuguesa* ao invés de *cidades portuguesas*...

...surgiu pela primeira vez em 1987 no texto “O lugar da cidade portuguesa”, do arquitecto José Manuel Fernandes. Neste ensaio defenderam-se algumas características morfológicas fundamentais e comuns aos casos urbanos que nos vários territórios compõem o universo urbanístico português, mediante o aprofundamento dos fatores e razões, quer geográficos quer civilizacionais, que condicionaram os seus processos de fixação e urbanização.

Hesitando entre o uso do plural e o do singular, o arquitecto optou pelo último, não só no título, mas quando concluiu que “[...] a cidade portuguesa adquire então

aspetos que a vão cristalizar num modelo bem claro com dimensão de intemporalidade” (Fernandes, 1987: 86). Porque o fez não é claro, e só por si é um paradoxo se se tiver em mente que uma das conclusões do texto foi a inexistência de um tipo urbano português puro. Mas de uma forma tão-só especulativa, pode ser explicado pela circunstância em que o texto saiu a lume.

O texto do arquiteto maturou as linhas de investigação de autores que já nas décadas de 50 e 60 contribuíram para o arranque da historiografia do urbanismo português,² abrindo contextos académicos e metodologias de análise aos objetos basilares para se ultrapassar o paradigma, também ele metodológico, de que as cidades, ou melhor, o urbanismo português por comparação ao hispânico, era orgânico, desprovido de ordem e pitoresco. Consequentemente, o estudo em questão foi redigido e publicado ainda num momento embrionário do estudo das cidades portuguesas, marcado pelo carácter de isolamento científico onde decorriam as investigações, com resultados por regra polémicos e contraditórios, e onde mais que convicções se apuraram pistas.

A *cidade portuguesa* de José Manuel Fernandes, contrariou, no entanto, o plural da expressão que os autores até então usaram, parecendo articulada enquanto resposta viciada no próprio paradigma. Caso o artigo não tivesse sido escrito com o igual sentido de procurar no contraste com o modelo espanhol de implantação urbana as características mais assinaláveis das cidades portuguesas, talvez o equívoco sequente da expressão tivesse sido evitado.

Mas esta discussão não cabe na economia deste texto. E o que no fundo aqui importa deixar claro é que na sua matriz de conhecimento a *cidade portuguesa* tem vícios de uma pretensa originalidade, consagrados após o despertar do interesse pelo urbanismo português na década de 1990, e com a constatação de existir uma maneira portuguesa de “fazer cidade”, com linhas de continuidade desde a Idade Média ao fim do consulado do Marquês de Pombal, perceptíveis nas cidades e trechos de cidade

² Por entre os autores portugueses que se dedicaram ao tema na cronologia entre 1950/60, e os quais José Manuel Fernandes cita frequentemente no texto em questão, destacam-se os títulos de Orlando Ribeiro (Ribeiro, 1962; 2002), de Jorge Gaspar (Gaspar, 1968; 1969), de Mário Tavares Chicó (Chicó, 1956) e de Luís da Silveira (Silveira, 1956).

implantados no território que é hoje Portugal, bem como naqueles implantados nos mais diversos espaços do Império.³

Contudo, já desde os estudos iniciais pontualmente se anotavam tanto questões relativas a influências e contaminações induzidas pelos fenómenos não só expansionista e colonial, mas também relativos à própria identidade/cultura portuguesa, quanto práticas e elementos urbanísticos não exclusivos. De resto, não é por acaso que a geração de 1990, maioritariamente composta por arquitetos, e que com mais afinco contribuiu para a estabilização da *cidade portuguesa* tenha dado início ao desmontar da validade do conceito.⁴

Em suma, as releituras e aprofundamento do conhecimento feitos por e a partir desta geração verificaram que o que está em causa na especificidade das cidades portuguesas não são conceitos, elementos ou tipos morfológicos puros e singulares. Nem estes tão pouco são capazes de definir, e portanto distinguir, “uma” *cidade portuguesa* no meio da história do urbanismo global. Existem, sim, diversidades morfológicas, continuidades, influências e tempos longos. Por outras palavras, ao invés de modelo existe regra, que em função de uma realidade específica constrói um resultado concreto, e cujo uso de padrões repetitivos permite manter o “ar de família”, inclusive quando a regra é posta ao desafio ou alterada.

³ Não se pretende deixar aqui traçado o *estado da arte* da história do urbanismo português, o que só por si implicaria a redação de um novo e longo ensaio, dado a vasta produção sobre o assunto. Opta-se assim por deixar anotados quatro títulos de referência, não por maior valia que outros, mas porque foi neles onde primeiro se coligiu uma leitura geral do conhecimento sobre a temática da cidade portuguesa, se encontraram testadas e esquematicamente listadas as *invariantes* ou características da cultura espacial portuguesa e, por fim, se reuniram e reeditaram uma série de estudos de vários investigadores afetos ao tema. Ver respetivamente: (Rossa,1995); (Rossa, 2002: 426-443) – onde consta republicado o título anterior; (Araújo e Carita, 1998) e (Rossa *et al*, 2001).

⁴ Leia-se a título de exemplo, que se de alguma forma já em 1969 num dos textos pioneiros sobre a urbanística portuguesa o geógrafo Jorge Gaspar concluía que “do exame da planta de uma série de vilas portuguesas fundadas no reinado de D. Dinis, na sua maior parte próximas da fronteira ou em áreas despovoadas, encontrámos frequentemente um padrão geométrico que as assimila a fundações da mesma época e de idêntico significado noutros países da Europa, não deixando dúvida da sua intencionalidade e modernidade” (Gaspar, 1969: 208), no *Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*, decorrido em Coimbra em 1999, o arquiteto Hélder Carita, após uma reflexão sobre a legislação, administração municipal e a praxis arquitetónica e urbana de Lisboa no século XVI, que incluiu algumas digressões a vários casos urbanos portugueses nos territórios da Expansão, revelou, não obstante o atual caráter maioritariamente desatualizado da matéria em geral, a existência de “qualidades urbanísticas de flexibilidade capaz de se adaptar às lógicas de gestão do território e às mais diversas situações impostas pelo alargamento progressivo do espaço do Império” (Rossa *et al*. 2001: 178).

Desta leitura, deduz-se que mais que encontrar modelos ou exclusivismos que suportam e justificam o conceito, é fundamental perceber a cultura urbanística, os meios, as personagens, os tempos e os métodos de execução que construíram o universo urbanístico português. Em suma, desconstruir o *processo de produção de espaço urbano* a fim de questionar-se como fizeram os portugueses cidade, e daí se deprender as práticas de construção com as quais atuaram na constituição da(s) forma(s) urbana(s). É nesse “modo de fazer”, aliás, onde está para os autores que aqui serão os alicerces científicos do discurso, a verdadeira matéria de fundo da *cidade* traçada por portugueses e quiçá a própria essência que lhe confere a especificidade.

Contextualizado o assunto proposto para o ensaio, passemos agora ao desenvolvimento do discurso, cruzando as três leituras do arquiteto e das duas historiadoras da arte.⁵

Desconstrução da cidade portuguesa num discurso a três

Sentem-se então “à mesa”, João Horta, Margarida Tavares da Conceição e Luísa Trindade,⁶ com as respetivas dissertações de doutoramento, *Vila Real de Santo António: forma limite no urbanismo histórico português* (Horta, 2006); *Da Cidade e Fortificação em textos portugueses 1540-1640* (Conceição, 2008); *Urbanismo na Composição de Portugal* (Trindade, 2009), começando por questionar-se o porquê dos temas, dado terem em comum uma linha de investigação onde há um claro afastamento metodológico do conceito de *cidade portuguesa* e uma proximidade ao *processo de produção dos espaços urbanos*.

JH – Penso [...] que o arquiteto, por formação e proximidade profissional tanto à conceção como à execução da obra edificada, está em condição privilegiada de contribuir para se

⁵ Importa deixar claro que o desafio lançado para a produção deste texto foi “pôr os autores a falar entre si”. Tendo isto em consideração, as páginas que se seguem devem muito à articulação de várias ideias e excertos coligidos de entre as suas dissertações de doutoramento, onde se encontrou desenvolvido e sustentado o conhecimento sobre o processo português de produção de espaço urbano de cada um. Por questões científicas e éticas, mas também de aferição das ideias aqui sintetizadas, importa desde logo afastar qualquer manipulação ou erros de interpretação que o método usado possa carrear, daí que à exceção da “narrativa de mediação” e pontos de união de frases feitos por mim, tudo quanto se refere aos autores cumpre as devidas normas de citação. Para a maturação da construção do discurso foi ainda essencial conhecer outros textos de produção dos autores, também as principais linhas, pilares e fontes do seu percurso de investigação. Essa informação aparecerá, quando necessária, pontualmente no corpo do texto, ou quando auxiliar do assunto, em nota de rodapé.

⁶ Doravante JH (João Horta), MTC (Margarida Tavares da Conceição) e LT (Luísa Trindade).

cumprir a interdisciplinaridade que a área científica da História da Arquitetura e Urbanismo exige. [...] [S]endo a forma da coisa edificada um registo leal dos pré-conceitos, ideias e processos de concretização dos planos, como instrumentos da definição antecipada e de cotejo dos cumprimentos, correções ou alterações, a sua análise é uma metodologia imperativa que passa necessariamente pela Geometria como ciência exata e não dispensa as competências da formação e atividade do arquiteto. (Horta, 2006: 1-2)

Posição apoiada por Luísa Trindade e Margarida Tavares da Conceição, para as quais:

LT – o investimento no estudo da forma justifica [-se] apenas na medida em que é a expressão do processo histórico que a determinou e a consciência de que, do ponto de vista operativo, a forma também não é mais do que um veículo para o conhecimento desse processo. [...] [As formas] quando devidamente descodificadas [...] permitem compreender como numa determinada época se pensou a cidade e como sobre ela se operou. [...] os levantamentos cadastrais desempenham no âmbito da história do urbanismo um papel idêntico ao que o documento tem para o historiador, exigindo, da mesma forma, todo o processo de “*decifrar e transcrever*”. (Trindade, 2009: 95-98)

MTC – [Mas sendo] a cidade [...] o produto mais complexo da produção urbana [...] torna-se útil não perder de vista algumas linhas de circunscrição entre as diversas áreas disciplinares. [...] Não sem razão, é com muita frequência que uma parte da história da arquitetura e do urbanismo precisa de se radicar na história da cultura e das ideias. (Conceição, 2008: 14)

LT – [A] cultura urbanística [é] o tema central [...]. Com o papel da cidade já claramente identificado pela historiografia recente [...] Interessa-nos a norma, a regra, a repetição de soluções. [...] os mecanismos de execução necessariamente rotinados que tornaram operacional a formação de uma rede urbana. (Trindade, 2009: 11)

Aproveitando-se a deixa de “rede urbana”, é útil reforçar que as teses em conjunto sintetizam três momentos fortes do processo de urbanização português: o período pombalino, moderno e medieval. Cerca de dois séculos e meio, portanto, distam entre o trabalho de Luísa Trindade e o de Margarida Tavares da Conceição, e cerca de século e meio entre este último e o de João Horta. As análises à forma urbana foram realizadas, no caso de João Horta mediante um núcleo urbano particular e o seu

confronto com a Geometria. Margarida Tavares da Conceição privilegiou a cultura escrita, descodificando nos textos e tratados de fortificação escritos por portugueses ou estrangeiros ao serviço da Coroa Portuguesa, eixos de uma teoria urbanística capaz de sustentar uma prática urbanizadora portuguesa. E Luísa Trindade varreu o território português medieval, procurando na análise morfológica das vilas de fundação e ensanches de núcleos já consolidados, os fatores e programas base subjacentes ao ato de urbanização que admitissem demonstrar inquestionavelmente a existência de um padrão modelador do espaço. Quando elencados com outros títulos da vasta literatura portuguesa e de outros estudos realizados no âmbito do urbanismo português, estas três teses oferecem uma leitura quase contínua do modo de fazer cidade, desde os tempos de fundação da portugalidade.

A questão que se levanta é saber porquê a opção por estas balizas cronológicas e objetos/instrumentos urbanos? João Horta responde:

JH – [N]o âmbito da tese de doutoramento do Prof. Doutor Horta Correia – *Vila Real de Santo António, Urbanismo e Poder na Política Pombalina*⁷ – embora já antes quer naturalmente como vila-realense [...] o meu interesse por esta cidade nova de Setecentos raiava a paixão [...]. Depois, na chefia de 12 anos do Gabinete do Plano de Reabilitação da Zona Histórica Pombalina de VRSA, a dedicação passou a dever [...] à crescente opacidade da entidade camarária no entendimento e resposta aos problemas de salvaguarda [...]. Mais tarde, já na docência da Licenciatura de Património Cultural da Universidade do Algarve tive o dever e a oportunidade de me candidatar ao Doutoramento [...]. Horta Correia convenceu-me e mais, não se importou de ser o orientador da tese. (Horta, 2006: IX-X)

Acrescentando que por detrás do tema a desenvolver sempre esteve a convicção de que:

JH – Vila Real de Santo António conteria [conterá] necessariamente, porque uma criação limite, toda a gramática (ou, pelo menos, a sua essência) – morfologia, sintaxe e semântica – da «escola» portuguesa de edificação. (Horta, 2006: 5)

Mas para conhecer o epítome da cultura urbanística de 1776 foi necessário pender um olhar aos episódios urbanizadores coevos a VRSA e antecedentes. Daí o autor ter

⁷ Onde colaborou na produção de material de interpretação morfológica. Ver: (Correia, 1997).

alargado a pesquisa ao período balizado entre a data da Conquista de Ceuta (1415) e a promulgação da Primeira Constituição Liberal (1822). E para o qual concorreu a coorientação de Walter Rossa.⁸

Partilhando da importância do magistério de Horta Correia, Margarida Tavares da Conceição conta que, da sua matriz historiográfica:

MTC – [...] formou-se a noção de uma escola portuguesa não apenas limitada à engenharia militar dos séculos XVII e XVIII, mas de uma outra *escola*. Uma escola não restrita ao sentido institucional ou letivo, mas na significação mais flexível de *escola* definido por um método de fazer arquitetura e cidade [...]. Como por nós foi observado no estudo da formação do espaço urbano da praça de Almeida [...].⁹ [E que] refletirá também linhas de conhecimento mais ou menos sedimentadas na tradição arquitetónica e urbanística portuguesa, quer se pense numa perspetiva teórica ou prática. [...] Quer o problema da formação da escola portuguesa de arquitetura e urbanismo, quer a maneira como formatou o programa de praça de guerra, obrigou a um inquérito às linhas anteriores [...]. Até porque era necessário não perder de vista como antecedente, como eventual fator explicativo de uma especificidade portuguesa, o papel da engenharia

⁸ Quase a par do início de desenvolvimento da dissertação de João Horta, Walter Rossa encerrava a sua tese de doutoramento, também sob a orientação de Horta Correia, *DiverCidade: urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade* (Rossa, 2001), concluindo que “da análise feita ao processo da Reforma do Ensino de D. João III, um dos resultados mais importantes para a História do Urbanismo Português foi a constatação do carácter experimental dos métodos adotados ao longo do processo, o que, contra o que é mais comum dizer-se, nos revelou uma evolução em continuidade e não a adoção de modelos de uma virtual vanguarda europeia [...] Neste domínio [referindo-se à relação entre a Arquitetura e o Urbanismo] foi especialmente gratificante verificar como o suporte para esse desiderato é, invariavelmente do século XIII ao XVI, o estabelecimento de uma matriz geométrica com a qual se administra a distribuição do espaço [...] como ponto de partida o quadrado [...], sendo frequente a sua evolução para o retângulo através do rebatimento da sua diagonal – a proporção de $\sqrt{2}$ ” (Rossa, 2001: 845). Estes dados seriam cruciais para o aprofundamento da tese de João Horta e um olhar aos antecedentes urbanos. Uma vez ter já pressuposto com Horta Correia, que à malha geradora do tecido urbano de VRSA presidia a fórmula $1+\sqrt{2}$. Além disso, anos antes, Walter Rossa terminou a tese de mestrado, *Além da Baixa: indícios de planeamento urbano na Lisboa setecentista* (Rossa, 1998), revelando que “Com a reforma urbana para a cidade de Lisboa a escola portuguesa de urbanismo ensaiou definições e, paradoxalmente, quase apurou o exercício da utopia. A continuidade metodológica que sempre fomentou levou à manutenção dos princípios estéticos sem conservadorismo estilístico mas resistindo às modas. [...] Nesta doutrina reside a novidade essencial daquilo a que convencionalmente se chama pombalino. Este é mais o corolário de um processo urbanístico de continuidade, que finalmente encontra o seu contexto doutrinário ideal” (Rossa, 1998: 134). Contexto doutrinário ideal que também o plano de VRSA encontrou: “estava-se no auge do pombalismo, tratava-se de uma cidade localizada no Reino, dirigida pela Casa do Risco das Obras Públicas, ex-nihilo, formalmente muito exigente, rapidamente edificada, portanto sem dar ao tempo oportunidade de se afastar do seu desígnio ideal” (Horta, 2006: 48). Não obstante outros vínculos entre os autores, por ambos se explica o quão basilar era a participação de Walter Rossa para o desenvolvimento da dissertação de João Horta.

⁹ Refere-se à dissertação de mestrado que apresentou em 1998 sob a orientação de Horta Correia. Ver: (Conceição, 2002).

militar na cultura arquitetónica e urbanística portuguesa desde a época sebástica. [...] A pesquisa ganhou por isso um horizonte cronológico [entre] aquela que se considerou ser a viragem de 1540, num enquadramento geral relacionado com a maior visibilidade da tratadística em ambiente português e na coincidência de dois elos militares: os desenhos que Francisco de Holanda fez das fortificações italianas e o início da fortaleza de Mazagão. [...] Igualmente, é preciso não esquecer que a conjuntura desta viragem amarrada a 1540 não é apenas portuguesa e particularmente visível na fortificação, mas corresponde a uma inflexão cultural e ideológica mais profunda e europeia. [...] Esse ponto de viragem ideológico marcou profundamente a sociedade portuguesa [...] incentivando o arranque em força da nova escolástica. O processo de transferência da Universidade de Lisboa para Coimbra e as seguintes reformas foram disso um sintoma maior. (Conceição, 2008: 121)

Tudo isso urgia apurar. “Do outro lado o recomeço de 1640, uma marca forte e tradicionalmente clara” (Conceição, 2008: 18-20). Tal como evidenciavam os estudos do orientador da presente dissertação.¹⁰ Porém, alertando para a existência de linhas de continuidade urbanística e não ruturas, e para uma espécie de impermeabilidade da cultura portuguesa às vanguardas vindas do exterior.

Linhas de continuidade ininterruptas no processo histórico do “fazer cidade” que também foram identificadas por Luísa Trindade, no estudo que dedicou à casa corrente medieval em Coimbra e na elaboração do artigo sobre a estrutura urbana da cidade na primeira metade de Quatrocentos.¹¹ Do mesmo modo a participação na unidade curricular *História da Arquitetura Portuguesa* da Universidade de Coimbra, à regência de Walter Rossa, a fez aproximar às *invariantes* apontadas pelo arquiteto, sobretudo pelos resultados que a análise à morfologia urbana de Angra, de Antonieta Reis Leite, exibiam,¹² e aos métodos de leitura e teste à forma urbana.¹³

Tornou-se assim clara a necessidade de perscrutar os “antecedentes”. Impondo à pesquisa um recuo no tempo e um alargamento de enfoque. Como refere:

¹⁰ Veja-se o título de Walter Rossa referenciado na nota 8, (Rossa, 2001).

¹¹ Refiro-me, respetivamente, à obra *A casa corrente em Coimbra: dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna* (Trindade, 2002) e ao artigo publicado em (Rossa et al, 2001: 57-67).

¹² Os resultados ensaiados por Antonieta Reis Leite, que conduziram à produção da sua tese de licenciatura, *Angra: um porto no percurso da cidade portuguesa* (Leite, 2002), e depois à dissertação de doutoramento, (Leite, 2012), reforçaram a questão da existência das *invariantes*, ou continuidade de práticas urbanísticas portuguesas, quando detetadas na malha urbana de fundação, na Rua Direita e numa das habitações de arquitetura ordinária. Ver: (Leite, 2000).

¹³ Para o qual contribuiu a integração, de 2005 a 2008, no grupo de trabalho coordenado por Walter Rossa, no âmbito do projeto *História e análise formal na definição do conceito de intervenção em contexto urbano histórico* (CEARQ, financiado por III/UC). Ver: (Rossa e Trindade, 2006).

LT – [...] a todos os níveis, o período balizado entre 1250 e 1325 foi efetivamente o da consolidação e apropriação do espaço nacional [...] Em todo esse processo coube aos núcleos urbanos o papel estratégico central. Diretamente sob a alçada do monarca constituíram verdadeiros polos ordenadores, sendo neles e através deles que a coroa progressivamente [...] “compôs” o reino. [...] Foi sobretudo a partir do mundo urbano, pela uniformidade das leis e da escrita, da linguagem e dos símbolos, dos usos e costumes, que paulatinamente se construiu a noção de identidade e de pertença. [...] o urbanismo então praticado foi naturalmente dirigido. E, como invariavelmente sucede nessas ocasiões, as marcas dessa atuação rápida e conduzida ficaram impressas de forma indelével no território sendo ainda hoje facilmente reconhecíveis nos cadastros atuais. (Trindade, 2009: 9-10)

Dos dados que apontam, infere-se na *cidade portuguesa* a presença de um conjunto de normas e procedimentos, com raiz no urbanismo medieval e uma forte linha de continuidade, que sustentou a praxis e a operacionalidade urbanística antes da constituição do *corpus* formal da Engenharia e Arquitetura portuguesas. No tempo longo precedente, este conjunto de normas e procedimentos atingiu uma maturação tal, a ponto de possibilitar a construção de exemplos urbanos tão geometrizados como VRSA. Daqui é possível deduzir outras duas características da urbanística portuguesa: um saber prático e um desígnio planeado (dirigido) continuados. Tomem-se então os resultados testados por João Horta como base de debate para esclarecer esta última questão, já que a história da arquitetura ou engenharia militar saídas da “Aula do Risco” – da qual o plano de VRSA foi o ícone do desígnio – para Margarida Tavares da Conceição “[...] incorporam outras leituras, outras personagens e outros tempos” (Conceição, 2008: 429).

Do então método interpretativo da Geometria, que transformou num tão complexo quanto rigoroso uso do instrumento analítico, João Horta comprovou a importância que a tríade trigonometria-navegação-urbanismo/arquitetura teve no desenho de VRSA. Evidenciando a aplicabilidade da rosa-dos-ventos-e-rumos – um dos instrumentos mais comuns à arte da navegação – enquanto objeto de projeto urbano e arquitetónico.

Mas a conclusão mais relevante do ponto de vista do que aqui importa tratar, está no avanço da hipótese da aplicabilidade da rosa dos ventos ter sido herdada de uma

longa e diversificada prática projetiva, com origem na aprendizagem da navegação aquando os primórdios da Expansão. O que só por si poderia ir contra a leitura de Margarida Tavares da Conceição. Ao invés, a historiadora consolida esta hipótese, explicando que no contexto português compreendido entre 1540-1640:

MTC – [...] vários aspetos relacionados com as obras matemáticas permitem observar umnexo direto entre a geometria e a náutica; em especial no que se refere à necessidade de saber situar os objetos e medir as distâncias ao nível da *Esfera*, dos territórios marítimos e terrestres, das estruturas edificadas e por edificar, em suma, a medição do espaço. Os instrumentos usados nessas operações, por fortificadores, engenheiros, arquitetos, topógrafos, etc., é em grande parte comum à navegação marítima, partilhando os princípios gerais da trigonometria. (Conceição, 2008: 425)

Informando porém, que:

MTC – [...] a historiografia ainda não demonstrou inequivocamente até que ponto a ciência náutica fornecia os instrumentos operativos que poderiam habilitar um projetista para atuar à escala urbana [...] A trigonometria estava no século XVI ainda em formação enquanto disciplina [...] Todavia, sendo a trigonometria parte da geometria, cujo conhecimento elementar se encontrava sedimentado desde longos séculos atrás, as suas leis mais simples seriam usadas com alguma facilidade pelos “geómetras práticos”, com a régua e o compasso no papel, com a groma e as cordas no terreno, técnicos que não precisavam de conhecer em profundidade os princípios abstratos que estavam por detrás de tais operações (Conceição, 2008: 91-92).

Por sua vez, Luísa Trindade chama a atenção para a validade de um conjunto de práticas identificadas como de atuação recorrente na Idade Média assentes num conjunto de princípios elementares e rotinados, alegando que:

LT – [...] a análise formal de alguns casos, todavia, permite equacionar se o processo de composição dos diversos quarteirões entre si e destes com a rede viária não seria algo mais aprimorado, sem chegar a ser complexo [...] estabelecendo entre si um sistema de relações formais com base em regras algébrico-aritméticas. Da análise morfológica de Caminha, Monção ou Arronches, constata-se que o dimensionamento de toda a malha tem subjacente uma modulação [...] [e] pelo menos nalguns casos, as matrizes regulares

resultavam da aplicação de harmonias aritméticas, que embora simples, implicaram um raciocínio geométrico como base do processo de atuação sobre o território. Neste âmbito, a prática que parece deter a primazia é a parte do quadrado como módulo, progredindo para formas retangulares. (Trindade, 2009: 185)

Trata-se, portanto, de uma das *invariantes* identificadas na *cidade portuguesa* por Walter Rossa e demonstrada por João Horta em VRSA. Seriam no entanto, relações mais elementares do que aquelas verificadas por João Horta, pesando a par da praticabilidade, o nível técnico dos instrumentos. Luísa Trindade explica que, como aos “geómetras práticos” de Margarida Tavares da Conceição:

LT – [bastava] uma corda como instrumento e uma só dimensão como padrão – e por isso ao alcance de qualquer “povoador”, [para] [...]estabelecer séries e ritmos próprios, cuja aplicação se estende do lote ao quarteirão e à rua, assegurando de forma eficaz a perpendicularidade. (Trindade, 2009: 186)

Exemplificando:

LT – Viana da Foz do Lima, Monção, Caminha, Bragança, Viana do Alentejo, Nisa ou a expansão do casario de Arronches para poente demonstram, mesmo à vista desarmada, resultarem de um processo dirigido de ocupação do território onde a geometria atuou como instrumento. (Trindade, 2009: 194)

Do cruzamento destas observações que vincam a pertinência que o conhecimento dos antecedentes tem quando se trata de descortinar a cultura urbanística portuguesa a fim de entender-se a lógica, a maturação, ou eventualmente a rutura no modo português de se fazer cidade, há um outro aspeto a considerar dentro da questão da tradição arquitetónica e urbanística portuguesa enquanto saber executivo pragmático: a hipótese da existência de uma longa e diversificada prática projetiva com origem na *epopeia portuguesa* da Expansão, levantada por João Horta, e à qual Luísa Trindade está apta para responder, referindo-se à análise que efetuou ao *programa urbano*:

LT – [...] a cidade de fundação constituía, desde o primeiro momento, a resposta a três funções elementares: a defesa de corpos e bens, o apoio espiritual, as estruturas de

suporte ao povoamento concentrado. Estruturas militares (castelo e/ou cerca), igreja e um conjunto de parcelas (urbanas e rurais), determinado em função da população esperada são, por isso, os três elementos fundamentais de qualquer vila nova. [...] Mas, talvez mais importante do que isso, é a forma como esses mesmos três elementos se relacionam entre si ou, em bom rigor, a autonomia de cada elemento face ao conjunto. [...] [Porque] não decorrem de uma conceção unitária onde a disposição de cada um se encontra à partida formalmente dependente da dos outros (Trindade, 2009: 139). Como se os homens responsáveis pelo “fazer cidade” partissem para o terreno munidos não de uma qualquer peça desenhada, rígida e pré-concebida mas de um programa livre – composto pelas três partes referidas – cuja execução assentava sobre um conjunto de procedimentos práticos e rotinados. Da soma das partes, cuja articulação se fazia no entendimento concreto do terreno, resultaria a cidade. (Trindade, 2009: 141)

Esta resposta pode indiciar uma rutura de práticas quando lida em confronto ao plano de fundação de VRSA, esse sim com autoria e plano desenhado, e à intuição de um novo modo de fazer cidade com raiz *ca.* 1415. Contudo, como já computado pela manipulação estrita da geometria aquando os processos de urbanização, o que se lê, entrecruzando os dois assuntos, é uma maturação da prática projetiva e urbanizadora consequente do tempo, sociedade, evolução do saber erudito e da técnica a que responde. Exemplo justificativo disso é a *casa da câmara* verificada também por Luísa Trindade, pois:

LT – [...] permite compreender como a adoção de um novo modelo de gestão urbana [...] foi determinante no aparecimento e vulgarização de um espaço próprio ou “*apartado*”, reservado à administração concelhia. (Trindade, 2009: 743)

Indicando que se tratou de “[...] um processo que, iniciado ainda na primeira metade do século XIV, só nos finais do reinado de D. Manuel alcança o seu total desenvolvimento” (Trindade, 2009: 761) a autora recorre ao caso de Setúbal, esclarecendo que:

LT – a data tardia [...] entre 1526 e 1537, permite vê-lo como culminar de um longo processo. Porque, em bom rigor, tudo quanto lhe diz respeito – da procura de um espaço central ao carácter nobre do edifício, com varanda e coroamentos ou colunas inspiradas nas do paço do Duque, passando pela concentração dos diversos equipamentos ou pela

especialização e orgânica da distribuição dos espaços – apresenta claras analogias com os exemplos elencados para datas anteriores [...] denunciando o caráter dirigido e programado de um conjunto de transformações de inegável impacto na vila. Que terá tido paralelo em muitos outros casos anteriores, executados pelo menos a partir de meados do século XV. [...] Processos que, sobretudo, identificam o caráter indissociável entre a evolução registada para os edifícios de gestão concelhia e a consolidação da praça na cidade tardo-medieval portuguesa. (Trindade, 2009: 799-800)

A praça como hoje a conhecemos – na condição de espaço urbano público e com limites configurados – evidencia, de igual modo, uma evolução do “fazer cidade” sem ruturas mas ajustável às circunstâncias do tempo e da sociedade. O que é aliás claro na intenção do plano e urbanização de VRSA. Como refere a autora:

LT – [...] na Idade Média portuguesa, o programa de fundação de uma cidade não contemplava *ab initio* uma praça [...] E contudo, ela encontra-se em qualquer cidade portuguesa da Época Moderna. (Trindade, 2009: 687)

[A]s referências elencadas parecem indicar que, no decorrer da Idade Média, o termo praça associou à característica de espaço desafogado, uma maior complexidade funcional, passando a designar o local onde, por excelência, confluía a atividade mercantil, política, judicial e lúdica. Não sendo atividades novas no mundo urbano tal facto reflete que, em cronologia mais recuada, a sua realização ocorreria em locais designados por terminologia diferente. (Trindade, 2009: 690)

[No fundo] a praça era, uma vez mais, uma ação que decorria num determinado espaço, sem que uma se confundisse com o outro. [...] Curiosamente, a utilização de praça como sinónimo de mercado não ocorre em nenhum outro país. [Mas o que importa reforçar é] a existência, desde cedo, de um espaço de mercado a par da inexistência de praça enquanto espaço físico. [...] Na realidade, salvo raras exceções, até aos finais do século XIV é em vão que se procura no interior da urbe espaços centrais e expressamente pensados como vazios, ou seja, sem caráter residual e de perímetro minimamente configurado. [...] Com o avançar da Idade Média e com a complexidade crescente da vida urbana, a praça, no sentido atual do termo, inicia um processo de consolidação até atingir, na passagem entre os séculos XV-XVI, um papel preponderante no plano urbano. [...] A construção de novos edifícios, exclusivamente permitida em redor da praça, indicia uma nova conformação espacial, mais desafogada e própria da centralidade do espaço onde continua a realizar-se o mercado. (Trindade, 2009: 707-708)

Uma evolução maturada de princípios e formas urbanas, foi também o que identificou Margarida Tavares da Conceição nos textos que analisou para o período entre as cronologias dos autores atrás intervenientes, concluindo que:

MTC – [é] este o cerne da natureza dos textos militares: o caldeamento entre a solidez dos grandes princípios já codificados pelos antigos e a realidade crua da experiência. (Conceição, 2008: 426)

Segundo a autora a perscrutação dos textos permitiu perceber que a conduta urbanística, quer na definição dos conteúdos das cidades, quer nos relativos à arte militar e da fortificação, revelam um vínculo matricial com os princípios já codificados nas teorias clássicas e a prática corrente, consolidada ao longo do tempo por “aprender fazendo” e através da transmissão oral. Com efeito, ainda de acordo com a historiadora, a passagem de uma cultura urbanística medieval à moderna terá acontecido paulatinamente, e sobretudo após a Restauração (1640), sublinhando o momento experimental que ocorreu entre o século XVI e a última vintena do XVII. Neste momento foi rotina o uso simultâneo da conduta urbanística e arquitetónica medieval e as inovações da conduta urbanística e arquitetónica pré-modernas, como intitula, e para o qual Mazagão foi um caso paradigmático. A autora revela que:

MTC – [...] se deverá evitar ler o caso de Mazagão (1541) — ponto de viragem na fortificação portuguesa e mesmo internacional (Conceição, 2008: 114). [Já que sendo a] primeira fortaleza abaluartada ao modo moderno nos territórios sob soberania portuguesa, encerrando uma cidade fundada (quase) de novo [...] [excluí] um traçado geométrico rigoroso, que o próprio perímetro também não possui. [Deixando ver] os limites e os avanços de uma fase de profunda aprendizagem e experimentação no ajuste entre os recintos abaluartados e o seu núcleo urbano. (Conceição, 2008: 425)

Tome-se ainda em consideração o contexto de ambiguidade cultural que rondou o processo projetual, entre uma fase medieval e moderna, embora alguns preceitos do Renascimento se tenham imiscuído por influência dos engenheiros contratados à ordem régia na cultura urbanística, não se patenteando ao ponto de ultrapassar a antecedente.

Desta prática urbanística, também visível nos textos teóricos, “[...] pode resultar tudo, nada ou muito pouco” (Conceição, 2008: 426). O que deve ser interpretado como a prova de que não existe na cultura urbana portuguesa, e assim urbanismo, um tipo puro. Ao contrário, como Luísa Trindade demonstrou para o período medieval – enquanto também a leitura diacrónica da historiografia portuguesa vinha adiantando – existem tipos, padrões, ou, a bom rigor, práticas que operam uma lógica de atuação com linhas de força pragmáticas. Estas, invariavelmente, realizam-se na constituição da forma urbana, cuja constância sempre evolutiva e adaptada a cada situação, passe-se o paradoxo, reproduz um mesmo raciocínio subjacente.

Em consequência, não existe uma singularidade formal, uma *cidade ideal*, sequer “uma” cidade portuguesa, mas sim realidades concretas que resultaram das práticas sobre uma realidade particular: cidades concebidas por uma urbanística portuguesa. Neste sentido, cabe questionar a título de conclusão, porventura, desafio...

...estará na cultura urbanística a essência que confere uma originalidade às cidades traçadas por portugueses?

Tudo leva a crer que não. Antes, trata-se do que lhe é comum mas não específico, como se tentou amplamente demonstrar pelo cruzamento do conhecimento apurado pelos autores. Convém contudo, deixar aqui alguns pontos que desconstroem a pretensa ideia de originalidade apontada por cada um. Já que para uma maior evolução e profundidade científica sobre o tema, como o ensaio demonstrou, implica sempre olhar os antecedentes.

Neste sentido, note-se que quando João Horta referiu e aplicou a rosa-dos-ventos-e-rumos como um instrumento primordial de conceção urbana, concluiu, embora sem poder afirmar em absoluto que o instrumento terá sido efetivamente esse, que a mesma prática serviu para o desenho de Laparelli para La Valetta (1566), deixando claro que essa prática urbanística não é necessariamente exclusiva da cultura portuguesa. Já para Margarida Tavares da Conceição:

MTC – [a]pós este conjunto de considerações para um enquadramento e que de alguma maneira desmontam a ideia de (um) modelo urbanístico fechado, importará destacar [...] [que] nem sempre é evidente (e documentado) o que leram e escreveram os portugueses,

e no acertar das contas não é fácil perceber a fronteira entre duas margens: uma efetiva e compaginada influência dos tratados (de fortificação) italianos ou, pelo contrário, o registo da sua mera coexistência no tempo com as estruturas intelectuais portuguesas (Conceição, 2008: 423). [Mas,] do ponto de vista doutrinário e nos textos portugueses estudados, não se observa significativa influência teórica e/ou escrita dos tratados de fortificação na cultura portuguesa da época considerada. Ao contrário, o peso do universo vitruviano e os princípios civilistas do tratado de Alberti afigura-se mais evidente e duradouro [...] Por tudo quanto ficou dito, torna-se quase difícil não depreender que os conteúdos urbanos e o conceito militar da praça de guerra, tal como formulada no *Método Lusitânico* por Luís Serrão Pimentel algumas décadas mais tarde, incorporam outras leituras, outros personagens e outros tempos. (Conceição, 2008: 429)

Por outro lado, e concluindo, a resposta de Luísa Trindade é categórica:

LT- No objetivo como nos resultados, é em vão que se procura uma “originalidade portuguesa”. Trata-se inevitavelmente de uma cultura urbanística europeia, de origem difusa. [...] [Porque fruto de] uma urbanidade modesta, que nisso não nos é específica, mas sim ofuscada por um punhado de casos celebrados pelos compêndios de maior circulação, que, naturalmente, procuram exemplos de maior legibilidade e exceção, ignorando assim o que é corrente. (Trindade, 2009: 805-806)

Referências Bibliográficas

- Araújo, Renata; Carita, Hélder (coord.) (1998), *Colectânea de Estudos Urbanístico Português, 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.
- Chicó, Mário T. (1956), “A «cidade ideal» do Renascimento e as cidades portuguesas na Índia”, *Garcia de Orta. Revista das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar*, Lisboa, nº especial, 319-328.
- Conceição, Margarida Tavares da (2002), *Da Vila Cercada à Praça de Guerra: formação do espaço urbano de Almeida (séculos XVI-XVIII)*. Lisboa: Livros Horizonte [dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1998].
- (2008), *Da Cidade e Fortificação: em textos portugueses 1540-1640*. Coimbra: dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra [texto policopiado].
- Correia, José E. Horta (1997), *Vila Real de Santo António: urbanismo e poder na política pombalina*. Porto: Faculdade de Arquitetura do Porto [¹1984].
- Fernandes, José Manuel (1987), “O lugar da cidade portuguesa”, *Povos e Culturas*. Lisboa: CEPCEP; Universidade Católica Portuguesa, 2, 79-112.

- Gaspar, Jorge (1968), "A propósito da originalidade da cidade muçulmana", *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 3(5), 19-31.
- (1969), "A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média", *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 4(8), 199-215.
- Horta, João M. Gomes (2006), *Vila Real de Santo António: forma limite no urbanismo histórico português*. Faro: dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve [texto policopiado].
- Leite, Antonieta Reis (2002), *Angra: um porto no percurso da cidade portuguesa*. Coimbra: prova final apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra [texto policopiado].
- (2012), *Açores, Cidade e Território: quatro vilas estruturantes*. Coimbra: dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Consultado a 29/12/2015 em <http://hdl.handle.net/10316/21384>.
- Ribeiro, Orlando (1962), *Aspectos e problemas da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar; Centro de Estudos Políticos e Sociais, 59.
- (2002), "Cidade", *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, vol. II [1963].
- Rossa, Walter (1995), "A Cidade Portuguesa" in Paulo Pereira (dir.), *História da Arte Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. III, 233-323.
- (1998), *Além da Baixa: indícios de planeamento urbano na Lisboa setecentista*. Lisboa: IPPAR; Ministério da Cultura [dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1990].
- (2001), *DiverCidade: Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Coimbra: dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra [texto policopiado].
- ; Araújo, Renata; Carita, Hélder (coord.) (2001), *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- (2002), *A Urbe e o Traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Almedina.
- ; Trindade, Luísa (2006), "Questões e antecedentes da «cidade portuguesa»: o conhecimento sobre o urbanismo medieval e a sua expressão morfológica, *Murphy*, 1, 70-109.
- Silveira, Luís da (1956), *Ensaio de iconografia das cidades portuguesas do ultramar*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 4 vols.
- Trindade, Luísa (2002), *A casa corrente em Coimbra: dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.
- (2009), *Urbanismo na composição de Portugal*. Coimbra: dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra [texto policopiado].